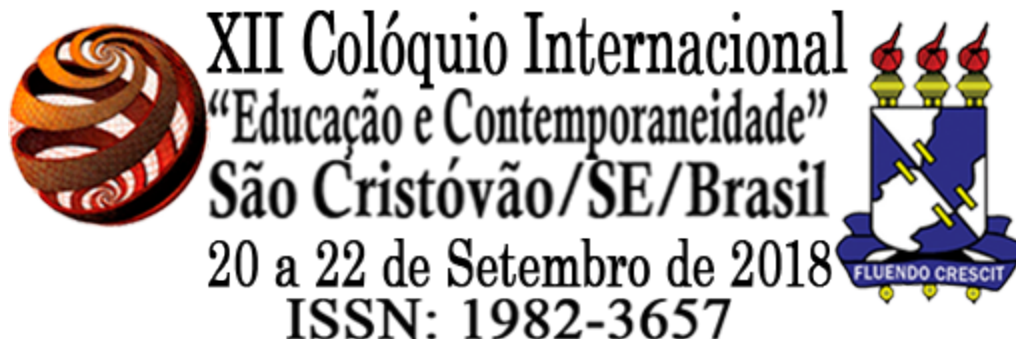




Recebido em:
02/06/2017
Aprovado em:
02/06/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

AValiação ESCOLAR: DO EXAME À ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

GESSYLIA MOURA ALVES

JAILTON DE SOUZA LIRA

SAYARAH CAROL MESQUITA DOS SANTOS

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

O presente artigo visa discorrer sobre a prioridade dada à avaliação como um processo essencialmente técnico que confere lugar destacado ao exame (ESTEBAN, 2001) como instrumento de restrição às possibilidades de continuidade do estudante na vida escolar em especial ao aluno da rede pública de ensino. Uma vez que a avaliação sob a ótica do exame e da perspectiva neoliberal que relaciona o fracasso escolar com a ideia de qualidade da educação utiliza-se de seus resultados como explicação para o fracasso/sucesso escolar, pois se fundamenta na concepção de homogeneidade mesmo não dispondo dos instrumentos analíticos necessários para interpretar quais os saberes que os sujeitos possuem ou quais foram os saberes usados para responder às perguntas daquele exame aplicado assim arriscamos pontuar algumas questões.

Palavras-chave: Fracasso escolar. Controle. Estratificação social.

RESUMEN

Este artículo tiene la intención de hablar sobre la prioridad concedida a la evaluación como un proceso esencialmente técnico que tiene sitio de atención en el examen (ESTEBAN, 2001) como instrumentación de restricción a las posibilidades de continuidad del estudiante en la vida escolar, en especial con el alumno de red pública de enseñanza. Un vez que la evaluación con una mirada óptica del examen y de la perspectiva neoliberal que relaciona un fracaso escolar con una idea de calidad de educación hace utilización de sus resultados con explicación para el fracaso/éxito escolar, pues hace fundamentación en la concepción de la homogeneidad mismo no disponiendo de los instrumentos de análisis necesarios para interpretar cuales son los saberes que el sujeto posee o cuales fueron los saberes utilizados para responder a las preguntas de aquél examen arriesgamos puntuar algunas cuestiones.

Palabras-claves: Fracaso escolar. Control. Estratificación social.

Introdução

A escola é uma das instituições que permite a emancipação dos indivíduos para a sociedade, ela tem como papel fundamental a consolidação das sociedades democráticas baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos. Para muitos alunos, a escola constitui uma oportunidade única para romper com situações econômicas e sociais desfavoráveis e precárias, das quais vivem a maior parte da população

brasileira e certamente por essa razão muitos pais sempre se sacrificam para que os seus filhos a frequentem.

Espera-se desses alunos um desenvolvimento intelectual em caráter formativo para a vida pessoal e profissional; no entanto os critérios avaliativos educacionais desenvolvidos pelo sistema na tentativa de ampliar a eficiência e eficácia do mesmo servem também como impedimento para este desenvolvimento, pois esta avaliação se apoia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão. A mencionada avaliação busca a homogeneização dos indivíduos que são na realidade sujeitos heterogêneos, complexos e dotados de subjetividade.

As políticas educativas na perspectiva neoliberal

O termo neoliberalismo refere-se a um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. Lira (2016) esclarece que essa nova ordem econômica foi justificada por seus ideólogos como resultado direto da crise do Estado de Bem-Estar Social, dos Estados Desenvolvimentistas e dos Estados Pós-Capitalistas. Os defensores do neoliberalismo negam que a atual crise capitalista seja parte intrínseca do seu funcionamento e responsabilizam o Estado: “fundamentados nessas premissas, as receitas de superação da crise foram no sentido de diminuição do Estado, redefinindo seu papel principalmente no que diz respeito às políticas sociais” (LIRA, 2016, p. 92).

No Brasil anos 80 e início dos anos 90, a economia encontrava-se estagnada e o alto índice de desemprego preocupava a população que estava sendo delineada nos moldes da sociedade capitalista, fazendo com que o Brasil se “rendesse” à política neoliberal, mecanismo de dominação do capital, com seus ideais caracterizados pela desregulamentação da economia e pela flexibilização das relações dos direitos sociais, acarretando mudanças de intervenção e de valores. Nesses novos moldes a possibilidade de desenvolvimento de projetos unificados a um projeto de nação e de sociedade tornou-se frágil com o atual ensino.

Em 1988 a “Constituição cidadã” enuncia o direito à educação como um direito social. Os direitos sociais abrangem um sentido de igualdade material que se materializa por meio da atuação do Estado dirigida à garantia de padrões mínimos de acesso a bens econômicos, sociais e culturais. No entanto, nesse recorte neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social para introduzir-se no mercado e funcionar à sua similaridade, regulamentada pelas determinações do Banco Mundial, que via na educação o elemento propulsor ao desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. O neoliberalismo limita a escola ao âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento deixando de lado o conteúdo político da cidadania.

Na visão do Banco Mundial, a educação esquematizada como política para fins de crescimento econômico passou a moldar-se ao capital que por sua vez buscou correlacionar controle com qualidade, estabelecendo objetivos a serem alcançados com esta qualidade, de modo que se fez necessário a criação de mecanismos de avaliação educacional utilizados teoricamente para incrementar as oportunidades educacionais e sociais. Com base nestas políticas educativas de perspectiva neoliberal, a discussão sobre o fracasso escolar se relaciona cada vez mais com a ideia de qualidade da educação (ENGUITA, 1990 *apud* ESTEBAN 2001; TORRES, 1996). Para o mercado do capital, a escola com melhor qualidade na educação receberá maior nível de investimento e distribuição dos recursos alavancando uma corrida por resultados. Ainda sobre a citação de Esteban (2001, p. 100) a mesma reforça:

[...]A ênfase nesta expressão reafirma a necessidade de construção de instrumentos fiáveis para determiná-la, sobretudo quando a *qualidade* é o parâmetro que informa, e justifica, ao nível macro, o trajeto do/a aluno/a na escola. A avaliação adquire grande importância como um problema administrativo, não do conhecimento. A qualidade educativa construída nesta perspectiva não tem muitos elementos para fomentar a superação do fracasso, um problema social, não técnico e burocrático (Ibid., grifos do autor).

A partir desse ponto a avaliação recebe grande importância no cenário educacional, no entanto passa a ser mais vista como um problema administrativo do que propriamente do conhecimento e qualidade. Sob esse olhar, a qualidade na educação construída não tem muitos elementos para promover a superação do fracasso, que para Esteban é “um

problema social, não técnico e burocrático” (2001, p. 100). As supostas ferramentas para alcance de qualidade foram distribuídas ao aluno e cabe única e exclusivamente a ele a obtenção dos resultados exigidos ou caso contrário este estará fadado ao fracasso escolar e a escola, como Althusser nos lembra que ela é um dos “aparelhos ideológicos do Estado” para produção deste fracasso e consequentemente das desigualdades.

A avaliação na ótica do exame e a “nova sociologia da educação”

Ao se falar em avaliação não devemos esquecer a conotação emocional a que ela nos remete. Na cultura de avaliação no Brasil cria-se um clima de insegurança, estresse, nervosismo, agressividade e até de hostilidade por parte dos estudantes, principalmente quando a palavra avaliação tem como seus sinônimos a prova e consequentemente o exame. Estas duas, dentre outras, nomenclaturas da avaliação formalizam uma situação de ameaça, desenvolvem um certo grau de ansiedade e caracterizam-se mais como um objeto quantitativo do que qualitativo.

Esteban (2001, p.104) afirma que “o importante não é o que efetivamente se sabe, mas a possibilidade de demonstrar o domínio do conhecimento solicitado”. Os resultados obtidos ano após ano nem sempre condizem com o legítimo conhecimento adquirido por cada aluno e aluna. E a avaliação na ótica essencialmente do exame torna-se motivo de terror e pânico entre os educandos. Desse modo a avaliação, demarcando limites, facilita o isolamento do sujeito e contribui com a estratificação social. Não se pode pensar em ensino/aprendizagem, conhecimento, avaliação sem falar em currículo. É ele que determina o que cada indivíduo de cada camada social deverá aprender e isso determina em qual camada social ele deve permanecer.

Levando em consideração o processo histórico de configuração da escola como instituição social, o processo avaliativo, de um ponto de vista quantitativo, pode determinar os recursos econômicos que aquela escola receberá e assim esses recursos viram investimentos. No entanto a oferta e ampliação das oportunidades de acesso à educação sempre gera formas disfarçadas de efetiva redução destas oportunidades desse modo vemos notoriamente que “o exame é um potente instrumento de tal restrição uma vez que se relaciona às possibilidades (ou não) de continuidade do estudante na vida escolar, o que tem profundos vínculos com sua inserção social, prévia e posterior à escolaridade” (GIMENO SACRISTÁN, 1982; BARRIGA, 1982 *apud* ESTEBAN, 2001).

A avaliação na ótica do exame se torna um instrumento pontual, classificatório, seletivo, anti-democrático e autoritário. Entende-se avaliação como um processo que busca auxiliar a construção do conhecimento, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível, como afirma Luckesi (2004):

O ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico e reorientação da aprendizagem tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se tenha à frente. E, assim sendo, a avaliação exige um ritual de procedimentos, que inclui desde o estabelecimento de momentos no tempo, construção, aplicação e contestação dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não efetuadas. Para tanto, podemos nos servir de todos os instrumentos técnicos hoje disponíveis, contanto que a leitura e interpretação dos dados sejam feita sob a ótica da avaliação, que é de diagnóstico e não de classificação. O que, de fato, distingue o ato de examinar e o ato de avaliar não são os instrumentos utilizados para a coleta de dados, mas sim o olhar que se tenha sobre os dados obtidos: o exame classifica e seleciona, a avaliação diagnostica e inclui. (...) avaliação não é sinônimo de ensino individualizado, mas sim de um rigoroso acompanhamento e reorientação das atividades tendo em vista resultados bem-sucedido (LUCKESI, 2004).

No início da década de 1970 uma abordagem de orientação crítica ganhou espaço na pesquisa educacional na Inglaterra, recebendo o nome de “nova sociologia da educação”, termo que viria a ser criado em 1973, segundo um de seus expoentes, Michael Young[i]. Pilleti e Praxedes (2010, p. 110) citando Young(2009) falam que:

a nova sociologia da educação' foi associada tanto à crítica do currículo acadêmico como método de dominação quanto ao apoio a tipos não hierárquicos de pedagogia, ao aprendizado do estudante, em vez de centrado nas matérias, e à derrubada das barreiras entre o saber escolar e o não escolar.

A "nova sociologia da educação" nos ajuda a investigar como os processos de seleção e de exclusão do conhecimento seja na educação formal ou informal, pode se tornar um recurso para compreensão das desigualdades educacionais e como estas influem na manutenção das desigualdades de poder e da riqueza em sociedades contemporâneas. Segundo Pilleti e Praxedes (2010, p. 111) com palavras de Neil Keddie[iij]:

A estratificação social dos conteúdos cognitivos e culturais' reserva para uma minoria dominante a organização de processos pedagógicos que levam ao domínio de saberes considerados mais complexos e estratégicos para o enfrentamento das questões públicas que envolvem as sociedades.

As representações dos professores em relação aos alunos e o desempenho escolar destes são fatores preponderantes para a definição da identidade escolar do aluno. Os alunos classificados de maneira preconceituosa, talvez inconscientemente, por parte do professores tendem a desenvolver níveis de desempenho problemáticos. Deste modo concordamos com Pilleti e Praxedes quando afirmam:

Várias pesquisas foram realizadas para a investigação da hipótese de que, nos processos de interação entre professores e alunos, os procedimentos de aprendizagem são influenciados pelos preconceitos dos primeiros. Atuando talvez inconscientemente sobre os alunos, segundo parâmetros preconceituosos, os professores desenvolvem práticas pedagógicas que podem subestimar ou, em alguns casos, superestimar as potencialidades dos educandos (PILLETI & PRAXEDES, 2010, p. 111).

Sob a perspectiva da análise sociológica da educação, a avaliação com enfoque no exame deixa de ter um caráter meramente técnico e burocrático e passa a uma conotação social e ideológica. Ela não é apenas uma ferramenta de medição quantitativa ou qualitativa da educação. Sua funcionalidade permeia a sustentação de classes, das relações de poder entre dominantes e dominados. Nele está embutido um determinismo social pelo viés econômico do capital numa educação na perspectiva neoliberal onde o sujeito é único responsável pelo seu sucesso e/ou fracasso; pois existe na escola a ideologia do dom e a defesa da meritocracia.

Quando o aluno fracassa: ideologia e educação

Algumas abordagens explicam ou tentam explicar o fracasso escolar. Na abordagem biologicista o fracasso é atribuído a causas meramente biológicas muitas vezes utilizando-se de preconceitos (como por exemplo, o étnico) para justificá-lo numa visão de mundo excessivamente centrada no ponto de vista de um grupo social sobre outros grupos sociais. A abordagem psicologicista utiliza-se de duas vertentes: para tal explicação uma atribui o fracasso a fatores emocionais, psíquicos e a outra a déficits cognitivos. Já a abordagem culturalista atribui a déficits culturais, no entanto a abordagem antropológica atribui o fracasso a um conjunto de fatores que se constitui na esfera da educação/escola.

Há uma produção do fracasso escolar, e isso legitima as desigualdades que assim produzidas torna a avaliação um tributo à seleção. Esta avaliação se apóia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão (ESTEBAN, 2001, p. 102). Pensando a avaliação como uma seleção há um distanciamento do processo de ensino aprendizagem, aparentemente é puramente técnica, no entanto ela vai além. Há uma dimensão ideológica na avaliação. Citando Paulo Freire, educar é um ato político e a hierarquização escolar está intimamente ligada ao determinismo social.

Não há uma avaliação neutra por mais técnica que pretenda ser. É exigido ao aluno um aprendizado condizente com padrões sociais e um aluno que aprende a seu tempo está fadado ao fracasso. Os alunos não vão à escola para aprender, eles vão para passar de ano, no vestibular, ganhar um diploma, conseguir um emprego. O objetivo do aprendizado é a nota e não o sentido do conhecimento. A avaliação então vai se distanciando do processo ensino/aprendizagem, ela torna-se um processo seletivo e assume um papel de controle social mediado pela prática pedagógica (ESTEBAN, 2001).

O processo educativo por meio da avaliação contribui com a manutenção da hegemonia das classes dominantes concordamos assim com Pilleti e Praxedes (2010) referenciando a abordagem sociológica sobre o fenômeno educativo do jornalista e ativista político comunista: o pensador Antonio Gramsci quando afirma que

os processos educativos, escolares ou não, podem ser pesquisados, de acordo com as indicações gramscianas, com base em suas contribuições para a construção da hegemonia política em uma sociedade. Hegemonia, para Gramsci, é uma categoria central para o entendimento das maneiras pelas quais as classes sociais em uma sociedade moderna se relacionam com o Estado. Cabe a este garantir a supremacia das classes sociais dominantes por meio da combinação do uso – ou a ameaça de uso – da força com o consentimento dos dominados ao poder estabelecido (PILLETI; PRAXEDES, 2010, p. 63).

As práticas pedagógicas exercidas por boa parte dos professores propiciam um alto grau de evasão e repetência presentes especialmente, entre os filhos das camadas mais populares. Concordamos com Dalben (2002, p. 17) quando reafirma que a definição pelos “valores, crenças e princípios que orientam as práticas pedagógicas tem origem num universo muito amplo que reflete a própria construção social da realidade. É possível, então afirmar que os processos de avaliação representam uma prática cultural”.

A função educacional da escola é exatamente essa difusão de ideologia das classes dominantes que impõe padrões educacionais uniformizados e exigem do aluno cada vez mais e mais. Bernard Charlot (2015) em entrevista afirma que existe uma correlação estatística do dito fracasso escolar, incontestavelmente há alunos que não conseguem se apropriar do conhecimento, assim logo se diz que ocorreu o fracasso escolar. Mas será que a culpa desse fracasso é única e exclusiva do aluno Será que a avaliação está preocupada com o êxito da aprendizagem Qual a correlação estatística desse fracasso

O aperfeiçoamento do sistema de avaliação educacional está intimamente ligado às políticas públicas uma vez que, se faz necessário atender às crescentes demandas sociais de educação reduzindo ao máximo o investimento público. Nessa lógica, como pensar a avaliação senão na perspectiva de mantenedora do fracasso escolar e hierarquização social Como pensar numa educação libertadora, no empoderamento da escola, num aluno crítico e autônomo uma vez que os sistemas avaliativos tentam ampliar a eficácia e eficiência do sistema ao tempo que reduzem ao máximo os investimentos na educação

O aprimoramento dos instrumentos, técnicas e modos de registro de medida educacional, vai distanciando cada vez mais a avaliação de questões relativas ao conhecimento (ESTEBAN, 2001, p. 104). A avaliação contribui para o fracasso escolar, ela legitima as desigualdades, serve para justificar uma sentença que já existe. Ela contribui para dar à estratificação social uma aparência de consequência natural das diferenças individuais que caracterizam os seres humanos. O método do ensino é homogeneizador, uniformizador, distribui o conhecimento de acordo com a classe social, mas avalia a todos de maneira igual através de um campo de comparação uniforme. Será que vamos continuar a culpabilizar os alunos por seu próprio fracasso

A qualidade do ensino ofertado à grande maioria da população não atende à necessidade do aprendizado como ampliação e assimilação dos saberes. Pilleti e Praxedes referenciando Bernstein, nos mostram que este pensador defendia que o modo com que uma “sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia os saberes destinados ao ensino reflete a distribuição do poder em seu interior e a maneira pela qual aí se encontra assegurado o controle social dos comportamentos individuais” (2010, p.110).

Concordamos com Esteban quando afirma que “a prioridade dada à avaliação como um “processo essencialmente técnico, que confere lugar destacado ao exame, oculta a complexa rede social que define e sustenta as práticas

escolares” (2001. p.107). Há por trás do fracasso um sistema de hierarquização social e o processo avaliativo, quase sempre serve para justificar um resultado previamente esboçado, um determinismo social, incutido no processo escolar para a manutenção do poder, das classes sociais, do capital. A educação escolar está intimamente ligada ao mundo do trabalho em prol do capital. Nesse ponto de vista, Gramsci concebe uma educação escolar que não se transforme numa forma de domesticação da mão de obra para empresas capitalistas.

Muito se fala em ampliar as “oportunidades educacionais” e Magda Soares (1997) explica que isso é um pressuposto para a aceitação da discriminação entre os estudantes. Tem-se dentro do espaço escolar uma cultura meritocrática e de ideologia do dom, que predetermina quem serão os fracassados e quem serão os bem-sucedidos como reafirma a autora:

Oferecer oportunidades educacionais significa oferecer ensino, ocasião para que o indivíduo se eduque; não significa, nem semanticamente nem na práxis do sistema de ensino oferecer condições para que o indivíduo se eduque. Sob o universalmente aceito princípio da “igualdade de oportunidades educacionais”, subtede-se outro princípio: o das desigualdades entre os indivíduos para fazer uso das oportunidades. Por isso, a desigualdade de resultados é aceita como natural e por ela não se responsabiliza a escola; o fato de igualar as oportunidades isenta de responder pela desigualdade de trabalho (SOARES, 1997, p. 52).

Nesta perspectiva ideológica a avaliação formal remonta como um mecanismo de segregação e manutenção de classes. Ela entra em cena como “mecanismo de controle da permanência ou não do aluno na instituição escolar, legitimando os processos de diferenciação, hierarquização e de controle social por meio da escola” (DALBEN, 2002, p. 14). Suscitamos a necessidade de os processos de avaliação compreenderem análises das dimensões sócio-históricas na construção de seus sentidos e significados sociais para assim objetivarem o desenvolvimento da aprendizagem qualitativa do aluno, transpondo práticas pedagógicas para que a avaliação não seja excludente, mas obtenha caráter emancipatório e democrático.

Considerações Finais

Ao falarmos em avaliação do ensino precisamos definir sob que perspectivas coloca-se essa questão. É preciso ter clareza nos critérios e objetivos dessa avaliação para assim serem bem escolhidos os instrumentos de avaliação e as abordagens teóricas para sua concepção. A questão básica aqui discutida é distinguir o que significam os exames e o que significa avaliação, como impactante e determinante em uma sociedade a escolha de um único instrumento avaliativo (exame) para massificar os diferentes saberes existentes, para definir e delinear um padrão que atenda às relações de poder e assim possa continuar a manutenção das desigualdades sociais.

Entende-se que se faz necessário a desconstrução sobre os saberes, aliás sobre a distribuição do conhecimento. Emir Sader[iii] cita que “a diferença entre explicar e entender pode dar conta da diferença entre acumulação do conhecimento e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso midiático, entender é desalienar-se [...]”. A avaliação deve ser entendida como um processo de construção do ser, sua tarefa educacional deve ser a “transformação social ampla emancipadora”.

Os professores como meros reprodutores se distanciam da qualidade de mediadores do conhecimento e se são eles os que mais conhecem seus alunos se faz realmente necessário o critério de apenas “provar” o que sabem Luckesi (2004) fala que as provas são para provar, ou seja, para classificar, para selecionar. A quantificação como método escolar, as notas, não devem se tornar prioritárias no processo de ensino e aprendizagem, mas é importante para não dar total vazão à subjetividade do professor. A avaliação não é um processo neutro por mais objetivo que possa parecer. Ela a cada dia mais se distancia do caráter formativo focada no êxito da aprendizagem e lança mão do processo de ensino tornando-se instrumento de controle das oportunidades educacionais e um mecanismo de produção das desigualdades sociais, ocultada na fantasia do dom natural e do mérito individualmente conquistado onde sabemos que não se devem a isto mas às desigualdades culturais socialmente determinadas e a escola transforma as desigualdades em desigualdades de direito.

A “nova sociologia da educação” serve de orientação para pesquisas educacionais para que possamos investigar como os processos “de seleção e exclusão do conhecimento” – exames – podem se constituir como a chave para compreensão das desigualdades educacionais que se tornam o grande produtor do fracasso escolar e consequentemente conserva a detenção do poder e riqueza e do determinismo social das classes. No entanto, discursos teóricos devem ser substituídos por ações efetivas para que a avaliação não continue a ser um mecanismo de estratificação social e consiga exercer seu principal objetivo que é construir e instruir o ser.

[i]Michael Young (1915-2002) foi um sociólogo, político e ativista social britânico precursor da nova sociologia da educação na Inglaterra, a qual coloca como foco central da investigação sociológica a seleção e transmissão do conhecimento escolar.

[ii]Nell Keddie é socióloga e uma das precursoras da nova sociologia da educação.

[iii]Emir Simão Saderé sociólogo e cientista político brasileiro. De origem libanesa, é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, mestre em filosofia política e doutor em ciência política por essa mesma instituição. Nessa mesma universidade, trabalhou ainda como professor, inicialmente de filosofia e posteriormente de ciência política. Trabalhou também como pesquisador do Centro de Estudos Sócio Econômicos da Universidade do Chile e foi professor de Política na Unicamp. Atualmente, é professor aposentado da Universidade de São Paulo e dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde é professor de sociologia.

REFERÊNCIAS

CHARLOT, B. UNIVESPTV. **Bernard Charlot: Existe o fracasso escolar** Disponível em: . Acesso em: 04 Nov 2015.

DALBEN, A. I. L. de F. Das avaliações exigidas às avaliações necessárias. In: **Avaliação: Políticas e práticas**. Benigna Maria de Freitas Villas Boas (org.). Campinas, SP: Papirus, 2002.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra** Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GATTI, B. A. **Testes e Avaliações do ensino no Brasil**. Educação e Seleção, 2013. Disponível em Acesso em 11 Nov 2015.

LIRA, J. S. **O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotonio Vilela (2007- 2014)**. Tese de Doutorado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

LUCKESI, C. C. Entrevista concedida à **Aprender a Fazer**, publicada em *IP – Impressão Pedagógica*, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6.

NOGUEIRA, C. M. M.. NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002. Disponível em: . Acesso em: 03 Nov 2015.

PILLETI, N. PRAXEDES, W. **Sociologia da Educação: do positivismo aos estudos culturais**. São Paulo: Ática, 2010.

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SOARES, M. B. Avaliação Educacional e Clientela escolar. In: PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 51-60.

Graduanda em Pedagogia. Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional. Pedagogia. E-mail: gessyliama@gmail.com

Doutor em Educação. Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional. Pedagogia. E-mail: jailtonsouzalira@gmail.com

Graduanda em Pedagogia. Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional. Pedagogia. E-mail: sayarahcarol@hotmail.com